

## **A cobertura das cotas raciais de acesso à universidade pública na Empresa Brasil De Comunicação<sup>1</sup>**

Natália Oliveira Teles da Silva<sup>2</sup>

Elen Geraldês<sup>3</sup>

Universidade de Brasília, Brasília, DF

### **Resumo**

Neste artigo, analisaremos o tratamento dado às cotas raciais para ingresso nas universidades públicas pela Empresa Brasil de Comunicação por meio da sua emissora, a TV Brasil. O tema se justifica pela importância das ações afirmativas em um país de racismo inconfesso e pela necessidade de se compreender a atuação de uma emissora pública diante de um assunto polêmico, pouco e mal abordado nas emissoras comerciais.

### **Palavras-chave**

Cotas raciais; Ações afirmativas; Empresa Brasil de Comunicação; Comunicação Pública; Racismo.

### **Introdução**

No dia 26 de abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal aprovou por unanimidade a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB que desde 2004 destina 20% das vagas do vestibular a estudantes afrodescendentes por meio do sistema de cotas. Essa decisão teve grande relevância no cenário nacional, pois legitimou as ações de outras instituições públicas de ensino superior do país que, assim como a UnB, também adotaram o sistema de cotas em seus processos seletivos.

O impacto e a repercussão dessa decisão podem ser percebidos positiva e negativamente nos canais midiáticos, nos quais ficaram evidentes, principalmente nos espaços de discussão no ambiente virtual, posicionamentos contrários à decisão tomada pelo STF e demonstrações de desconhecimento das questões históricas e sociais relacionadas às ações afirmativas. Fato que não pode deixar de ser entendido, também,

---

1 Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Mestranda de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Email: [nataliaots@gmail.com.br](mailto:nataliaots@gmail.com.br).

3 Orientadora do trabalho: Professora do curso de Comunicação Organizacional da UnB. Email: [eleger@ig.com.br](mailto:eleger@ig.com.br).

como reflexo de uma abordagem midiática factual, em detrimento de uma maior reflexão e aprofundamento dessa temática.

Portanto, tendo o entendimento de que a mídia promove a construção de percepções e é mediadora e palco de discussões justas ou não dos assuntos pautados por ela, o presente trabalho pretende analisar a cobertura do julgamento referente à política de ações afirmativas adotada pela Universidade de Brasília (UnB), realizada pela Empresa Brasil de Comunicação por meio da sua emissora, a TV Brasil, assim como um breve histórico sobre o movimento negro no Brasil e as ações afirmativas.

É importante ressaltar que o interesse em analisar uma TV pública baseia-se justamente no fato de que diferentemente das TVs comerciais, o principal objetivo aqui é o interesse público, que a autonomia em relação ao mercado e ao governo proporcionaria, teoricamente, um espaço democrático de discussão muito mais rico e pluralizado.

Contudo, antes de discorrer sobre a Empresa Brasil de Comunicação e a cobertura dada ao julgamento, faz-se necessário apresentar, brevemente, alguns conceitos e elementos históricos, relacionados ao movimento negro e às políticas de ação afirmativa, a fim de fundamentar as questões que serão tratadas mais adiante.

## **Raça e Movimento Negro**

Primeiramente, no que diz respeito à ideia de “raça”, adota-se aqui o entendimento de Guimarães (2002), que compreende esse conceito como uma categoria analítica existente no mundo social. Tal categoria conduz à compreensão dos elementos e relações que sustentam o racismo no Brasil e, conseqüentemente, contribuem para o seu enfrentamento de maneira mais objetiva.

Nesse contexto, a luta contra a discriminação racial aceita a ideia de raça como conceito construído no mundo social, mas inexistente no sentido biológico. Essa percepção atribui uma realidade social ao problema racismo, como compreende Guimarães (2002), que por muito tempo foi mascarado pelo mito da democracia racial, que se fundamenta na ideia equivocada de que a mestiçagem racial e o sincretismo cultural teriam proporcionado a superação das discriminações ligadas a questões da cor e raça no Brasil.

Após a abolição da escravidão em 1888 não houve nenhuma política, auxílio ou incentivo que proporcionasse a plena inserção na vida social, política e cultural dos “homens de cor”. Foi uma ação que não representou praticamente nenhuma mudança na ordem social, sobretudo para os negros. Como comenta Fernandes (1965), foi só quase

meio século depois da abolição que o negro começou a se apropriar de fato da sua liberdade e protagonizar o seu próprio destino, tendo em vista, as desigualdades e discriminações sofridas.

Nesse cenário, emergiram grupos representativos da população negra que se organizaram e posicionaram-se no contexto social, sobretudo nas áreas urbanas, com intuito de combater de maneira prática e objetiva as discriminações e desigualdades sofridas por esse grupo. Posto isso, o que constituiria um movimento negro, como define Lopes (2004), seria justamente o conjunto dessas entidades, integradas por afrodescendentes empenhados na luta por seus direitos de cidadania, dentre elas organizações religiosas, políticas, culturais, artísticas, acadêmicas. Nesse contexto, algumas organizações tiveram maior destaque no contexto social, como veremos logo a seguir.

Fundada em São Paulo em 1931 a Frente Negra Brasileira (FNB) é considerada a organização representativa da população negra mais importante da primeira metade do século XX. Entre os principais objetivos da FNB destaca-se a luta pela integração do negro na sociedade brasileira, principalmente por meio da educação formal.

Em 1936 a organização foi convertida em partido político, mas com o advento do Estado Novo o partido foi fechado, assim como todas as outras representações políticas da época. A extinção do partido frustrava a tentativa de colocar em discussão as desigualdades e discriminações sociais sofridas pela população negra, assim como a possível implantação de políticas públicas relacionadas a essas questões, sobretudo no âmbito da educação.

[...] interrompia-se uma das primeiras tentativas de ação coletivas de pretos e pardos de lançarem-se como sujeitos de sua história, colocando a questão racial no mesmo nível das demais questões importantes da vida pública brasileira. (Santos, 2007, p.83)

Com a redemocratização do país, o movimento negro, e conseqüentemente, a luta contra o preconceito, discriminação e desigualdade racial ganhou novo fôlego. Uma importante bandeira de luta era mostrar que a democracia racial só existia de fato no imaginário nacional.

Dentre as novas organizações negras que surgiram durante essa época, o Teatro Negro Experimental (TNE), idealizado e fundado em 1944 por Abdias do Nascimento no estado do Rio de Janeiro, foi uma das organizações negras mais importantes na luta antirracismo no período denominado de Segunda República (1945-1964) (Guimarães,

2002). Sobre a repercussão causada na época da criação do TNE, sobretudo pelo fato de ser uma instituição eminentemente “negra”, Abdias Nascimento faz a seguinte observação:

A menção pública do vocábulo “negro” provocava sussurros de indignação. Era previsível, aliás, esse destino polêmico do TNE, numa sociedade que há séculos tentava esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da democracia racial. (Nascimento, 2004, p.210).

Foi por meio da educação, cultura e arte que o TNE buscou combater o preconceito, a discriminação racial e resgatar a autoestima negra, buscando não apenas denunciar os preconceitos de toda espécie vividos pelos negros, mas principalmente, promover a cidadania e a mobilidade social.

O TNE abriu espaço e promoveu a valorização do trabalho do artista negro, diferentemente do que normalmente lhe era reservado nas artes cênicas de maneira geral. Além disso, promoveu a educação dos seus integrantes, dentre eles operários, empregados domésticos e favelados por meio de cursos de alfabetização e cultura geral. Contudo, mais do que ensinar a ler e escrever, o objetivo maior do movimento, como compreende Santos (2007), era encorajar as pessoas a serem protagonistas da sua história, por meio de uma reflexão crítica da realidade de dominação racial e social na qual estavam inseridas.

Além das atividades predominantemente culturais, como acrescenta Nascimento (2004), o TNE também se envolveu com organização de eventos, como patrocínio de congressos e conferências nacionais. O intuito era principalmente fomentar ações que ultrapassassem os palcos e provocassem mudança de comportamento nas lideranças e responsáveis pela formação de consciências e opinião pública, com relação à população afrodescendente que convivia com a discriminação em vários aspectos da vida social. Dentre os eventos destacam-se: a Convenção Nacional do Negro (1945-1946), a Conferência do Nacional do Negro (1949), e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950).

Em 1978, enquanto ocorriam mudanças do cenário político no Brasil, várias entidades negras se rearticulam em nível nacional a fim de fortalecer politicamente o movimento negro na luta contra o racismo e desigualdade social. Desse movimento surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), que se destacou por ser a organização representativa da população negra mais importante e de maior visibilidade desse período. O MNU buscava contestar a ordem social e levar as discussões sobre o racismo para a esfera pública, como ressalta Domingues (2005).

Dentre as áreas incluídas pelo plano de ação do movimento destacam-se, como exposto por Santos (2007), questões como: a luta contra a discriminação racial e a

marginalização do negro em todos os segmentos da sociedade; a valorização da cultura negra e o combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; melhores oportunidades de trabalho; valorização do papel da mulher negra na sociedade; busca por apoio internacional contra o racismo no país e na área da educação, condições de acesso ao ensino à comunidade negra, assim como o combate à veiculação de ideias racistas no ambiente escolar.

O MNU, assim como a Frente Negra e o TNE nunca abriram mão de propostas de políticas públicas universalistas na área de educação. Ao contrário, sempre as reivindicaram, visto que sempre tiveram a educação como um “bem supremo”, quer seja ela política universal, valorizativa ou focalizada, por meio de ações afirmativas. (Santos, 2007, p.132)

Partindo dessa breve exposição das motivações, objetivos, lutas, e do movimento negro em três momentos distintos da história, e tendo em mente que todas essas mobilizações contribuíram e ainda têm contribuído para o debate na esfera pública das questões relacionadas à discriminação e às desigualdades sociais e à criação de leis e políticas públicas, tratemos agora, mais especificamente, sobre as ações afirmativas.

### **Ações Afirmativas**

Ações afirmativas referem-se a um conjunto de políticas que visam reparar os erros praticados no passado, que de alguma forma prejudicaram e ainda têm prejudicado um grupo específico da população. Criadas e implementadas inicialmente nos estados americanos, na década de 60, as ações afirmativas foram fruto de décadas de luta do movimento negro norte-americano pelos direitos civis, cidadania e igualdade social. (Domingues 2005).

No Brasil, o momento decisivo para adoção das ações afirmativas ocorreu durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no qual foram propostas ações voltadas especificamente para a superação de desigualdades raciais no país. Dentre as ações promovidas pelo governo mais significativas desse momento, destacam-se o seminário “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, realizado em Brasília em 1996, que contou com a participação de pesquisadores brasileiros e estadunidenses e de várias lideranças negras. h

Nesse contexto, o programa de cotas, que é a destinação de um determinado percentual de vagas em diferentes segmentos da sociedade para um grupo específico da população, por exemplo: mulheres, negros, deficientes, entre outros, foi adotado como uma ação afirmativa. A sua implementação como forma de acesso à universidade pública desencadeou importantes discussões nos âmbitos acadêmico e social sobre as desigualdades e discriminações vivenciadas ainda hoje pela comunidade negra, sobretudo na educação, e a importância do Estado como agente de mudança desse cenário. Ainda nesse contexto Domingues (2009) faz uma importante consideração:

Os primeiros programas de cotas para negros em algumas universidades públicas servem como estopim para desencadear, ainda que tardiamente, o debate, no seio da sociedade brasileira, de como o Estado deve reparar as injustiças e atrocidades causadas no passado à população negra e, principalmente, de como se deve eliminar o problema do racismo antinegro no presente. (Domingues, 2005, p.11)

Um dos grandes propulsores das discussões relacionadas às cotas, tanto positiva quanto negativamente, foram os meios de comunicação. A cobertura dada pela mídia deu visibilidade à questão do racismo, mas também se revelou preocupante, à medida que construía perspectivas superficiais, significados distorcidos e tendenciosos sobre essa temática, muitas vezes deixando de lado o debate e a reflexão sobre ações afirmativas em detrimento do interesse público.

Tendo como base as questões tratadas até aqui, voltaremos nossa atenção agora para a EBC, partindo da sua criação até a cobertura dada ao julgamento do STF das políticas de ações afirmativas adotadas pela UnB.

### **Empresa Brasileira de Comunicação**

Impulsionado pelos debates que ocorriam em âmbito nacional em torno do novo modelo de transmissão digital, que culminaram no Decreto 5.820 de 2006 que instituía o Sistema Brasileiro de TV digital Terrestre (SBTVD-T), o Governo Federal iniciou um amplo debate com associações e entidades do campo público a fim de levantar informações relacionadas à situação da televisão do campo não-comercial e fomentar propostas que subsidiariam a elaboração de uma nova televisão pública .

Em 2007 o Ministério da Cultura convocou o I Fórum Nacional de TVs Públicas em Brasília, que além dos representantes do governo, contava com a participação de emissoras do campo público e de entidades da sociedade civil ligadas à radiodifusão pública. O

encontro proporcionou o debate em torno das atuais e de novas políticas de comunicação pública e levantou propostas que visavam ao fortalecimento da infraestrutura, programação, financiamento, gestão e a migração digital da TV Pública.

Como resultado dos debates foi elaborado um documento intitulado de “Carta Brasília”, no qual foram registradas as principais propostas referentes às novas diretrizes e estrutura do novo sistema de comunicação pública.

A carta defendeu uma TV pública editorialmente independente de mercado e governos, que estimule a formação crítica do cidadão, e valorização da produção independente e regionalizada, expressando a diversidade de gênero, étnico-racial, de orientação sexual, regional e social do Brasil.(Valente, 2009, p.122)

A Carta Brasília, assim como as discussões que vinham acontecendo em torno da criação da uma nova televisão pública, sobretudo após a realização do fórum, subsidiaram as ações do governo referentes a novas propostas políticas de comunicação, o que pouco tempo depois culminou na criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil ainda no governo Lula.

Em 10 de Outubro 2007 o Governo Federal apresentou a Medida Provisória (MP) nº 398, que “estabelecia novos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e à instituição da EBC ” (BRASIL, 2007 ). De acordo com essa nova proposta, a EBC teria a finalidade de prestar serviços e fortalecer a área de radiodifusão pública e gerenciaria a nova emissora pública de televisão conforme estabelecia a MP nº 398, que posteriormente foi convertida na Lei nº 11652. No site institucional da EBC sua finalidade é descrita da seguinte forma: “A EBC é encarregada de unificar e gerir, sob controle social, as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação, e adquiriu como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública” (EBC, 2012).

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) organiza-se sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vincula-se à Secretaria de Comunicação Social da República (SECOM). Seu patrimônio foi constituído a partir da incorporação dos bens da sua antecessora, a Radiobrás, e daqueles cedidos pela União à Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - Acerp. Além da gestão da nova emissora de TV pública a EBC também responsabiliza-se pelo gerenciamento de outras emissoras de televisão e rádios públicas e federais, dentre elas a Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil Internacional, Rádios Nacional do Rio de Janeiro, Nacional AM e FM de Brasília.

A administração da EBC é constituída por: Assembleia Geral; Órgãos da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) e Órgãos de Fiscalização (Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Conselho Curador) . O Conselho Curador de natureza consultiva e deliberativa é responsável por zelar pela manutenção dos princípios e propósitos da EBC, compõe-se de 22 membros dentre funcionários da própria EBC, representantes do Governo e da Sociedade Civil, indicados pelo Presidente da República.

O novo projeto proposto com a criação da EBC/ TV Brasil representava um grande avanço para o fortalecimento do campo público de comunicação, sobretudo no que diz respeito à representatividade e fortalecimento democrático do país, contudo o modelo proposto suscitou e ainda suscita críticas, tendo em vista a ligação da EBC com a Secom, uma vez que esse vínculo possibilitaria uma ingerência do governo nos rumos e na autonomia da nova instituição pública, como ressalta Eugênio Bucci:

A Secom não é um organismo com finalidades culturais; tem como. Objetivo primeiro a gestão da imagem da presidência da República. [...] Sua meta é difundir uma imagem favorável do chefe de Estado e de governo, o que caracteriza comunicação de governo, não comunicação pública. O vínculo da EBC com a Secom, portanto, não poderia ser mais impróprio, uma vez que este órgão não tem nada a ver com cultura em sentido amplo ou com a atividade jornalística em sentido estrito. (BUCCI, 2010, p. 14).

Dentro dessa perspectiva é importante salientar o posicionamento da Unesco, relativo às características fundamentais para que um serviço de radiodifusão seja considerado público, independentemente do país. Que são:

A independência editorial e financeira da instituição; a autonomia em relação aos órgãos de governança; a pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais, e por fim, prestação de contas (accountability) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes. (UNESCO, 2012).

A ausência de alguma dessas características citadas dificultaria ou mesmo impediria o pleno funcionamento de um serviço que deve ser prestado com transparência e democracia e em prol da coletividade. A partir daí é possível compreender a ênfase que é dada à autonomia da EBC, uma vez que ele é responsável direta pelo gerenciamento de canais públicos de comunicação, inclusive, confundindo-se com seu principal canal, a TV Brasil.



## **A Tv Brasil**

Como elemento central do novo projeto de comunicação pública nacional, a TV Brasil foi ao ar pela primeira vez em 07 de Dezembro de 2007, com o intuito de diversificar e pluralizar o cenário televisivo do país em resposta a uma demanda social e cultural não atendida pela TV comercial. A emissora tem o objetivo de oferecer ao o público, como consta em seu site oficial, “uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania”, que caracterizaria, teoricamente, uma opção diferenciada no que diz respeito à análise, abordagem e produção de conteúdo televisivo, tendo em vista a sua natureza não comercial.

A emissora dispõe de uma programação voltada para diferentes públicos-alvo, e dispõe de uma grade de programação variada, organizada em cinco categorias: informação, conhecimento, esporte, arte e infantil. No que diz respeito à produção de conteúdo, tomando como base a grade horária do período de 05 a 11 Novembro de 2012, é possível verificar que: 46% da programação disponível é produzida exclusivamente pela TV Brasil, 28,2% referem-se a licenciamentos, 11,6% a parcerias institucionais, 10,4% são de coproduções, 7,4% rede e 1,8% de entidades religiosas. São 24h de programação, voltadas para diferentes temáticas como educação, cidadania, meio ambiente, cultura, ciência e entretenimento. Dentre as temáticas abordadas, direcionaremos o nosso foco ao tratamento dado pela emissora às questões que envolvem as ações afirmativas e ou cotas raciais.

Sobre a abordagem de temas relacionados ao movimento negros, questões raciais e de ações afirmativas destaca-se a programação especial realizada em 2012 em comemoração ao Dia da Consciência Negra, quando por uma semana, programas como: Para todos, Programa Especial, Segue o Som, dentre outros, trataram de questões relacionadas às influências, história e cultura negra no país. Contudo, fora de um contexto comemorativo ou pontual, é possível notar uma a carência de pautas na programação que trate das ações afirmativas e cotas raciais de maneira específica, com periodicidade e aprofundamento, dada a importância e complexidade dessas temáticas.

## **Tv Brasil e o julgamento das cotas**

No dia 25 de Abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal deu início ao julgamento, movido pela ação ajuizada pelo partido dos Democratas (DEM) em 2009, na qual a

validade do sistema de cotas raciais, adotado pela UnB a partir do segundo vestibular de 2004, era questionada, sob a alegação de que tal prática violava direitos fundamentais estabelecidos pela constituição.

No dia seguinte, 26 de Abril, os ministros do STF foram unânimes em considerar constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Dentre os argumentos proferidos que justificavam a adoção do sistema, Ricardo Lewandowski, relator do caso, expôs pontos relevantes sobre o tema, conforme relato do site de notícias do STF.

[...] o relator afirmou que políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado, e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas. Além disso, segundo ele, os meios empregados e os fins perseguidos pela UnB são marcados pela proporcionalidade, razoabilidade e as políticas são transitórias, com a revisão periódica de seus resultados. (STF, 2012).

Tendo como base esse breve comentário sobre o julgamento focaremos na análise da cobertura feita pela TV Brasil sobre o caso, e para tanto, usaremos como base a cobertura feita pelo principal telejornal da emissora, o Repórter Brasil.

O Repórter Brasil foi o primeiro produto jornalístico na TV Brasil, e entrou no ar pela primeira vez em 3 de dezembro de 2007. O telejornal que vai ao ar diariamente de segunda a sábado em duas edições, diurna e noturna, aborda temas gerais que também são pautados pelas mídias comerciais. No entanto, destaca-se a declaração feita pelo então gerente de Jornalismo da EBC na época, Eduardo Castro, ao afirmar que o telejornal iria oferecer ao telespectador uma forma de abordagem e aprofundamento dos temas que a diferenciariam das TVs comerciais. (Brasil, 2007)

Nas buscas realizadas na página virtual do telejornal da emissora entre abril de 2011 a abril de 2012, sobre informações referentes ao julgamento, os dados encontrados concentraram-se durante período do julgamento, entre 24 a 26 de Abril de 2012. Durante esse período foram veiculadas ao todo sete notícias, que tratavam diretamente do julgamento durante as duas edições do telejornal. As matérias retratavam o andamento dos trabalhos no plenário do STF como voto dos ministros, manifestações e presença de grupos representativos no julgamento. As abordagens tratavam pontualmente do julgamento, e ofereceram ao telespectador um bom panorama do que estava ocorrendo no STF.

No dia 24 de abril, o telejornal promoveu um debate sobre o julgamento do sistema de cotas pelo STF, mediado pelo jornalista Guilherme Menezes e que contou com a participação dos professores; Guilherme Fernandes, professor de Direito da UnB, a favor da aprovação das cotas, e Renato Ferreira, professor de Direitos Humanos do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), contrário à aprovação do sistema. Aos dois convidados foi dado espaço para expor e defender seus argumentos de forma sucinta tendo em vista que o tempo disponibilizado não permitia uma abordagem mais aprofundada sobre as questões.

A ação proposta pelo telejornal foi interessante, pois proporcionou ao telespectador visões distintas sobre o mesmo tema e a promoção da pluralidade de discursos e posicionamentos no espaço jornalístico, apesar do tempo restrito. Isso é importante, porque para além das informações pontuais sobre o andamento do julgamento, a contextualização e problematização mais aprofundada de temáticas complexas como a analisada contribuem para visibilidade do racismo em diferentes contextos sociais, sobretudo o acadêmico.

### **Considerações Finais**

Todas as ações realizadas ao longo do tempo em prol da luta contra as desigualdades e preconceitos raciais foram fundamentais para os progressos e conquistas alcançadas hoje, inclusive no que se refere à aprovação do sistema de cotas nas universidades. Contudo, é preciso que haja uma maior discussão na esfera pública sobre essa questão a fim de que a população compreenda de forma mais completa as questões que envolvem a adoção da política de ações afirmativas e todo contexto social e histórico que a cerca.

Nesse contexto, a televisão pública pode e assume um papel fundamental na promoção, visibilidade e abordagem desse tema. À medida que pluraliza os temas abordados na sua programação, com uma tentativa de aprofundamento, ela cumpre seu papel intrínseco que é estar a serviço do interesse público.

### **Referências**

BRASIL. **Medida Provisória nº 398 de 10 de outubro de 2007**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2007/medidaprovisoria-398-10-outubro-2007-560891-publicacaooriginal-84108-pe.html>> Acesso em: 20 de Novembro de 2012.

BUCCI, E. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** São Paulo, Novos Estudos, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 de Dezembro de 2012.

EBC. **História.** Disponível em <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/historico>> Acesso em: 17 de Dezembro de 2012.

GUIMARÃES, A. S. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002. EBC. **História.**

DOMINGUES, P. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo: n. 29, p. 164-177, maio/jun./jul./ago. 2005.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965. 2v

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** 3ª.ednhd. São Paulo: Selo Negro, 2004.

NASCIMENTO, A.. **Teatro Experimental do Negro: Trajetória e reflexões.** Revista USP – Volume 18. Nº50 / 2004. p.209–224.

VALENTE, J. C. L. **TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2009.

UNESCO. **Indicadores de qualidade nas Emissoras Públicas - Uma avaliação contemporânea.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>> Acesso em 27 de Janeiro de 2014.

SANTOS, S. A . **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** 2007. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2007.

STF. **STF julga constitucional política de cotas na UnB.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=206042>>: Acesso em 10 de Março de 2014.